

## PREGÃO ELETRÔNICO

90035/2026 - FCT

## CONTRATANTE (UASG)

102321 – UNESP – FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

## OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, COM COBERTURA TOTAL (COMPREENSIVA), INCLUINDO COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO/FURTO, DANOS A TERCEIROS (RCF-V), ASSISTÊNCIA 24 HORAS, VIDROS, E DEMAIS COBERTURAS ACESSÓRIAS, PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNESP – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 72.341,18

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/07/2026 ÀS 09:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

## MODO DE DISPUTA:

ABERTO

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	3
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	18
11. DOS RECURSOS .....	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23

## UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

## FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – UNESP

## CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2026-FCT

## (Processo Administrativo nº 901/2026-FCT)

Torna-se público que o(a) a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", por meio da Faculdade de Ciências e Tecnologia Câmpus de Presidente Prudente/SP, sediada à rua Roberto Simonsen, nº 305, Centro Educacional, na cidade de Presidente Prudente/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1. O objeto da presente licitação é a contratação de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, COM COBERTURA TOTAL (COMPREENSIVA), INCLUINDO COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO/FURTO, DANOS A TERCEIROS (RCF-V), ASSISTÊNCIA 24 HORAS, VIDROS, E DEMAIS COBERTURAS ACESSÓRIAS, PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNESP – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. |

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.6. Para o único grupo, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.12. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.12.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de descontos, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 que, no ano-calendário de



realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	VALOR DE REDUÇÃO
01, 02, 05, 06, 07, 08, 10, 11	R\$ 30,00
03, 04, 09, 12	R\$ 80,00
13	R\$ 100,00

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto mínimo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. | |

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).



7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta. |

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a execuibilidade da proposta. |

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto. |

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo | deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização

do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.



- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante pedido pelo meio eletrônico <https://sistemas.unesp.br/sigad/pages/externo/comunicado-pe.xhtml?unidade=fct>.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a Portaria Unesp nº 135 de 20 de dezembro de 2023, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [compras.fct@unesp.br](mailto:compras.fct@unesp.br)

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.



14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://ape.unesp.br/licitação/>, Portal de Licitações da Unesp.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Presidente Prudente do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Memorial Descritivo;

14.16.1.2. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável (Portaria Unesp nº 135/2025);

14.16.4. ANEXO IV – Modelos) referente a planilha de proposta; |

Presidente Prudente, SP, data da assinatura eletrônica.

**Eliene Ribeiro Spolador**  
**Diretora da Divisão Técnica Administrativa**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo .

### MEMORIAL DESCRITIVO

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo .

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo. |

## ANEXO II

### MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo.

## ANEXO III

### PORTARIA UNESP Nº 135 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo.

## ANEXO IV

### MODELO DA PROPOSTA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo. |

ESP-UNESP-FAC. DE CIENC. E TECNOL-C.PRES.PRUD

Termo de Referência 45/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

RAQUEL MOREIRA ORDONI

Atualizado em

22/06/2026 14:28 (v 0.12)

45/2026

102321-ESP-UNESP-FAC. DE CIENC. E TECNOL-C.PRES.PRUD

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	340/2026	_____/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TR SERVIÇOS LICITAÇÃO

Administração Pública do Estado de São Paulo  
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE  
Termo de Referência - **Serviços sem dedicação de mão de obra - Licitação**  
Versão atualizada em: 07/01/2026  
Aprovado pela Assessoria Jurídica da Unesp Conforme Parecer Jurídico nº 185/2024-AJ

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Seguro, com Cobertura Total (compreensiva), incluindo colisão, incêndio, roubo/furto, danos a terceiros (RCF-V), assistência 24 horas, vidros, e demais coberturas acessórias, para os veículos oficiais pertencentes à frota da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp – Campus de Presidente Prudente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	01	TOYOTA/COROLLA XEI 20 PLACA CVV3I79 05 LUGARES 177CV/1987	30127	unidade	01	3.560,85	3.560,85
	02	S10 Cabine Dupla Advantage 2.4 FlexPower 4P PLACA CDZ7770 06 LUGARES / 2.400 cc	30127	unidade	01	3.275,09	3.275,09



Ú  
N  
I  
C  
O

03	VAN IVECO / DAILY GREENCAR <b>PLACA CDZ7775</b> 13 LUGARES / 155 cv	30127	unidade	01	8.749,21	8.749,21
04	VAN I/M. BENZ 517 MNP MO <b>PLACA TLB5H70</b> 21 LUGARES / 170 cv	30127	unidade	01	9.256,66	9.256,66
05	KOMBI VW / KOMBI LOTAÇÃO <b>PLACA CZA0696</b> 09 LUGARES / 1.390 cc	30127	unidade	01	2.843,88	2.843,88
06	NISSAN/FRONTIER SV ATTACK 4X4 <b>PLACA GEK6329</b> 05 LUGARES 2488CC	30127	unidade	01	3.818,24	3.818,24
07	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8 <b>PLACA EHE7C07</b> 5 LUGARES /132CV/1800	30127	unidade	01	2.571,74	2.571,74
08	FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX <b>PLACA DMN0C32</b> 5 LUGARES/114CV/1800	30127	unidade	01	2.353,35	2.353,35
09	ÔNIBUS VOLVO/MAXIBUS LINCE <b>PLACA CZA0820</b> 46LUGARES /330CV	30127	unidade	01	9.888,67	9.888,67
10	TOYOTA/YARIS SA XS15 <b>PLACA CVL9G60</b> 05 LUGARES / 110C1496	30127	unidade	01	3.048,02	3.048,02
11	TOYOTA/YARIS SA XS15 <b>PLACA CVI5F79</b> 05 LUGARES / 110C1496	30127	unidade	01	3.048,02	3.048,02
12	<b>VAN/ IVECO / DAILY GREENCAR</b> <b>PLACA DKI4F49</b> 18 LUGARES / 170 cv	30127	unidade	01	8.564,43	8.564,43
13	<b>MICROÔNIBUS/ MARCOPOLO</b> <b>/VOLARE W-L ON PLACA UDP8D36</b> 38 LUGARES/175CV	30127	unidade	01	11.363,02	11.363,02
VALOR TOTAL						<b>72.341,18</b>

**OBS: O Memorial Descritivo, contendo as especificações técnicas, características, coberturas, condições de execução e demais requisitos do objeto, integra o presente Termo de Referência para todos os fins, encontrando-se anexo a este documento.**

**1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.**

**1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.**

**1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.**

**1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como COMUNS, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.**

**1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data definida em contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.**

#### **Subcontratação**

**1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.**

**2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência. (ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000035/2026.**

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.**

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

## **Garantia da contratação**

- 4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.2. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 5.1.1. Início da execução do objeto: a contar da data determinada no Contrato.

#### **Especificação da garantia do serviço**

- 5.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

- 6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A medição e o pagamento serão realizados em parcela única, após a contratação e emissão da apólice de seguro, mediante apresentação da documentação fiscal adequada e comprovação da efetiva prestação do serviço, com cobertura válida para todos os veículos segurados pelo período contratado.

O pagamento será condicionado à verificação da conformidade da apólice com os termos estabelecidos no contrato e à entrega dos certificados individuais de seguro para cada veículo, quando aplicável.

#### **Do recebimento**

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9.. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

**7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A (DECRETO Nº 62.297, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016)**

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

NÃO SE APLICA.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

#### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012;

documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e,] nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

9.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

### **Qualificação Técnica**

9.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.22.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.23.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

### **Outras comprovações**

9.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 72.341,18 (Setenta e Dois Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais e Dezoito Centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 01 deste Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp - Campus de Presidente Prudente;
- II) Fonte de Recursos: Diretoria Contratos - Tesouro;

11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

NÃO SE APLICA.

## **13. ANEXO I**

NÃO SE APLICA.



14. ANEXO II

NÃO SE APLICA.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX SANDRO VICTOR LEITE

Supervisor Setor Transporte



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 14:28:52.

## MEMORIAL DESCRITIVO

**Assunto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Seguro, com Cobertura Total (compreensiva), incluindo colisão, incêndio, roubo/furto, danos a terceiros (RCF-V), assistência 24 horas, vidros, e demais coberturas acessórias, para os veículos oficiais pertencentes à frota da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp – Campus de Presidente Prudente.**

**Unidade: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Campus de Presidente Prudente**

**Maio/2026**

## MEMORIAL DESCRITIVO

**RELAÇÃO DE VEÍCULOS****01. Corolla****a. DADOS DOS VEÍCULOS**

PLACA	CVV3I79
CHASSI	9BRB33BE9P2138878
ESPÉCIE / TIPO	PASSAGEIRO / AUTOMÓVEL
COMBUSTÍVEL	ÁLCOOL/GASOLINA
MARCA / MODELO	TOYOTA/COROLLA XEI 20
ANO FABRICAÇÃO	2022
ANO MODELO	2023
CAPACIDADE POTÊNCIA	/ 05 LUGARES / 177CV/1987
CATEGORIA	OFICIAL

**b. COBERTURAS**

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00

- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.
- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.

## 02. S10

### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	CDZ7770
CHASSI	9BG138GF0AC424604
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	ESPECIAL / CAMINHONETE / CABINE DUPLA
COMBUSTÍVEL	ÁLCOOL/GASOLINA
MARCA / MODELO	GM / S10 ADVANTAGE D
ANO FABRICAÇÃO	2009
ANO MODELO	2010
CAPACIDADE / POTÊNCIA	06 LUGARES / 2.400 cc
CATEGORIA	OFICIAL

### b. COBERTURAS

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto

- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas
- Assistência de guincho 24 horas sem limite de km.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).

### 03. VAN

#### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	CDZ7775
CHASSI	93ZK42B01A8413514
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	PASSAGEIRO / MICROÔNIBUS / CABINE FECHADA
COMBUSTÍVEL	DIESEL
MARCA / MODELO	IVECO / DAILY GREENCAR
ANO FABRICAÇÃO	2009
ANO MODELO	2010
CAPACIDADE / POTÊNCIA	13 LUGARES / 155 cv
CATEGORIA	OFICIAL

#### b. COBERTURAS

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência



- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.
- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.

## 04. VAN

### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	TLB5H70
CHASSI	8AC907657SE248468
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	PASSAGEIRO / MICROÔNIBUS / CABINE FECHADA
COMBUSTÍVEL	DIESEL
MARCA / MODELO	I/M. BENZ 517 MNP MO
ANO FABRICAÇÃO	2024
ANO MODELO	2025
CAPACIDADE / POTÊNCIA	21 LUGARES / 170 cv
CATEGORIA	OFICIAL

### b. COBERTURAS

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.

- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.

## 05. KOMBI

### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	CZA0696
CHASSI	9BWMF07X5AP022965
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	PASSAGEIRO / MICROONIBUS / CABINE FECHADA
COMBUSTÍVEL	ÁLCOOL/GASOLINA
MARCA / MODELO	VW / KOMBI LOTAÇÃO
ANO FABRICAÇÃO	2010
ANO MODELO	2010
CAPACIDADE / POTÊNCIA	09 LUGARES / 1.390 cc
CATEGORIA	OFICIAL

### b. COBERTURAS

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00

- Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.
- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.

## 06. FRONTIER

### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	GEK6329
CHASSI	94DVDUD40GJ364385
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	ESP/CAMINHONETE/ABERTA/ CABINE DUPLA
COMBUSTÍVEL	DIESEL
MARCA / MODELO	NISSAN/FRONTIER SV ATTACK 4X4
ANO FABRICAÇÃO	2016
ANO MODELO	2016
CAPACIDADE / POTÊNCIA	5L/2488CC
CATEGORIA	OFICIAL

### b. COBERTURAS

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.
- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.



## 07. DOBLO

### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	EHE7C07
CHASSI	9BD119609D1097445
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	PASSAGEIRO / AUTOMÓVEL
COMBUSTÍVEL	ALCOOL/GASOLINA
MARCA / MODELO	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8
ANO FABRICAÇÃO	2012
ANO MODELO	2013
CAPACIDADE / POTÊNCIA	5 LUGARES/132CV/1800
CATEGORIA	OFICIAL

### b. COBERTURAS

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas
- Assistência de guincho 24 horas sem limite de km.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).

**08. DOBLO****a. DADOS DOS VEÍCULOS**

PLACA	DMN0C32
CHASSI	9BD11920591058858
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	PASSAGEIRO / AUTOMÓVEL
COMBUSTÍVEL	ALCOOL/GASOLINA
MARCA / MODELO	FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX
ANO FABRICAÇÃO	2009
ANO MODELO	2009
CAPACIDADE / POTÊNCIA	5 LUGARES/114CV/1800
CATEGORIA	OFICIAL

**b. COBERTURAS**

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas
- Assistência de guincho 24 horas sem limite de km.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).

## 09. ÔNIBUS

### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	CZA0820
CHASSI	9BVT2T622CE382034
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	PASSAGEIRO / ÔNIBUS
COMBUSTÍVEL	DIESEL
MARCA / MODELO	VOLVO/MAXIBUS LINCE
ANO FABRICAÇÃO	2012
ANO MODELO	2012
CAPACIDADE / POTÊNCIA	46L/ 330CV
CATEGORIA	OFICIAL

### b. COBERTURAS

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.

- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.

## 10. YARIS

### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	CVL9G60
CHASSI	9BRBC3F31P8231657
ESPÉCIE / TIPO	PASSAGEIRO / AUTOMÓVEL
COMBUSTÍVEL	ÁLCOOL/GASOLINA
MARCA / MODELO	TOYOTA/YARIS SA XS15
ANO FABRICAÇÃO	2023
ANO MODELO	2023
CAPACIDADE / POTÊNCIA	05 LUGARES / 110C1496
CATEGORIA	OFICIAL

### b. COBERTURAS

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):

- Danos materiais: R\$ 150.000,00
- Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.
- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.



**11. YARIS****a. DADOS DOS VEÍCULOS**

PLACA	CVI5F79
CHASSI	9BRBC3F34P8231250
ESPÉCIE / TIPO	PASSAGEIRO / AUTOMÓVEL
COMBUSTÍVEL	ÁLCOOL/GASOLINA
MARCA / MODELO	TOYOTA/YARIS SA XS15
ANO FABRICAÇÃO	2023
ANO MODELO	2023
CAPACIDADE POTÊNCIA	/ 05 LUGARES / 110C1496
CATEGORIA	OFICIAL

**b. COBERTURAS**

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.

- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.

## 12. VAN

### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	DKI4F49
CHASSI	93ZK53C01D8444024
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	PASSAGEIRO / MICROÔNIBUS / CABINE FECHADA
COMBUSTÍVEL	DIESEL
MARCA / MODELO	IVECO / DAILY GREENCAR
ANO FABRICAÇÃO	2012
ANO MODELO	2013
CAPACIDADE / POTÊNCIA	18 LUGARES / 170 cv
CATEGORIA	OFICIAL

### b. COBERTURAS

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00

- Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.
- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.

### 13. MICRO-ÔNIBUS

#### a. DADOS DOS VEÍCULOS

PLACA	UDP8D36
CHASSI	93PB84936TC104176
ESPÉCIE / TIPO / CARROCERIA	PASSAGEIRO / ÔNIBUS
COMBUSTÍVEL	DIESEL
MARCA / MODELO	MARCOPOLO/VOLARE W-L ON
ANO FABRICAÇÃO	2025
ANO MODELO	2026
CAPACIDADE / POTÊNCIA	38/175CV
CATEGORIA	OFICIAL

## **b. COBERTURAS**

- Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto
- Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência
- Tipo de franquia: reduzida.
- O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas.
- RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):
  - Danos materiais: R\$ 150.000,00
  - Danos corporais: R\$ 150.000,00
- Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00
- Cobertura para danos aos vidros do veículo: pára-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas.
- Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.
- Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários.
- O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.
- Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico).
- As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.

ESP-UNESP-FAC. DE CIENC. E TECNOL-C.PRES.PRUD

## Estudo Técnico Preliminar 18/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: ...../2026

### 2. Descrição da necessidade

A contratação do seguro veicular é fundamental para a proteção da subfrota da UNESP, composta por veículos utilizados em atividades acadêmicas, saídas de campo e pesquisas, bem como no transporte de discentes, docentes, servidores e convidados em eventos institucionais diversos. Esses veículos realizam transporte de servidores, materiais, documentos e apoio a ações institucionais, muitas vezes com deslocamentos intermunicipais e interestaduais.

O seguro é renovado anualmente e tem como objetivo principal a preservação do patrimônio público, oferecendo cobertura contra roubos, furtos, colisões e outros danos. Além disso, assegura a proteção dos condutores e passageiros, proporcionando suporte em situações de emergência, como assistência 24 horas, serviços de guincho, transporte alternativo, entre outros.

Trata-se, portanto, de uma medida indispensável para garantir a continuidade segura das atividades institucionais que envolvem o uso dos veículos oficiais.

O presente estudo visa avaliar a viabilidade da contratação de seguro veicular para os veículos pertencentes à frota da UNESP – Campus de Presidente Prudente, visando à proteção patrimonial da instituição.

Considerando os riscos inerentes ao uso contínuo dos veículos como acidentes, furtos, incêndios e danos a terceiros, faz-se necessária a contratação de seguro veicular com cobertura ampla (compreensiva), de forma a garantir a proteção do patrimônio público e a continuidade das atividades da instituição.

A contratação do seguro tem como objetivo mitigar prejuízos financeiros decorrentes de sinistros, assegurar maior previsibilidade orçamentária e promover agilidade na resolução de eventos danosos, evitando a interrupção dos serviços prestados pela universidade.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Transporte	Alex Sandro Victor Leite

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

-Cobertura Abrangente (Compreensiva):

-Colisão, incêndio, roubo e furto;

-Veículo (casco) - valor segurado: 100,0% do valor do veículo referência

-Tipo de franquia: reduzida;



-O valor máximo da franquia de cada veículo deverá ser limitado ao menor valor apurado entre as propostas de seguro apresentadas;

-RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa Veículos):

-Danos materiais: R\$ 150.000,00

-Danos corporais: R\$ 150.000,00

-Acidentes Pessoais por Passageiro (Morte / Invalidez Permanente / D.M.H.): R\$ 150.000,00

-Danos causados por eventos naturais (enchentes, granizo, queda de árvores, etc.);

-Cobertura para terceiros, preferencialmente com cobertura para danos morais;

-Cobertura para danos aos vidros do veículo: para-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas;

-Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra), para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de pane elétrica, pane mecânica ou sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem;

-Assistência de guincho 24 horas, sem limite de quilometragem, incluindo os ônibus, para remoção e encaminhamento a oficina destinada à realização dos reparos necessários;

-Assistência 24 horas (chaveiro/pane seca/socorro mecânico/elétrico/troca de pneus);

-O atendimento de assistência deverá ser iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado;

-As oficinas credenciadas para reparos de funilaria, pintura e vidros deverão estar localizadas em um raio máximo de 100 km da FCT/UNESP de Presidente Prudente, salvo inexistência de prestador apto na região.

#### **Vigência:**

-Contrato com prazo de 12 meses, renovável conforme legislação vigente.

-Aceitação da seguradora:

-Seguradora devidamente registrada na SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);

-Comprovada atuação no mercado nacional com experiência em contratos com órgãos públicos ou grandes frotas.

#### **Gestão e suporte:**

-A contratada deve oferecer canal de atendimento exclusivo (telefone e/ou plataforma digital);

-Relatórios periódicos sobre a vigência das apólices, sinistros registrados e utilização da assistência.

#### **Documentação necessária:**

-A seguradora deve fornecer apólices individuais para cada veículo;

-Relatórios gerenciais sobre as coberturas e sinistros, quando solicitado pela contratante.

Não será exigida garantia da contratação, nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços de seguro veicular, de natureza comum e baixa complexidade operacional. Ademais, o pagamento ocorrerá somente após a efetiva emissão da apólice e disponibilização das coberturas contratadas, não havendo antecipação de valores ou riscos relevantes que justifiquem a exigência de garantia. Assim, a medida mostra-se suficiente para resguardar o interesse público, evitando custos adicionais que possam restringir a competitividade do certame e encarecer a contratação.

Não será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica, uma vez que o objeto consiste na contratação de serviço comum de seguro veicular, amplamente ofertado por seguradoras regularmente autorizadas a operar pela

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A exigência de habilitação jurídica, regularidade fiscal e autorização de funcionamento expedida pelo órgão competente mostra-se suficiente para demonstrar a aptidão da licitante para executar o objeto, evitando restrições indevidas à competitividade do certame.

Não será exigida vistoria prévia, tendo em vista que as informações necessárias para a elaboração das propostas estarão disponíveis no Termo de Referência e seus anexos, incluindo a relação dos veículos e suas características. Dessa forma, os licitantes dispõem de elementos suficientes para avaliação dos riscos e formulação de suas propostas, sem que a vistoria seja indispensável à execução do objeto, preservando-se a ampla competitividade e a isonomia entre os participantes.

## **5. Levantamento de Mercado**

Diante da necessidade de resguardar o patrimônio público e garantir a segurança dos usuários da subfrota da UNESP - considerando os riscos relacionados à atividade, como acidentes, roubos e furtos - conclui-se que a contratação de seguro é a única alternativa viável para assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços prestados.

Para subsidiar a contratação de serviço de seguro veicular, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar os valores praticados, condições ofertadas e a viabilidade técnica e econômica da solução proposta. A pesquisa considerou o perfil dos veículos pertencentes à frota da Unesp – Câmpus de Presidente Prudente, incluindo ano, modelo, categoria e uso institucional.

A consulta foi realizada junto a empresas do setor, abrangendo seguradoras reconhecidas nacionalmente. As cotações consideraram coberturas básicas e adicionais, como:

Cobertura para colisão, incêndio, roubo/furto;

Cobertura para danos aos vidros do veículo: para-brisa, vidros traseiros, retrovisores, faróis e lanternas

Danos materiais e corporais a terceiros (Responsabilidade Civil Facultativa – RCF);

Cobertura para acidentes pessoais de passageiros (APP);

Assistência 24 horas com reboque;

Disponibilização de transporte alternativo para os ocupantes do veículo (carro extra) para continuidade da viagem ou retorno à sede, em caso de sinistro ocorrido durante o deslocamento, quando o veículo estiver impossibilitado de prosseguir viagem.

Serviços emergenciais (chaveiro, troca de pneu, pane elétrica/mecânica).

Foram considerados os seguintes critérios para a cotação:

Condutores principais: motoristas designados da instituição;

Região de circulação: Presidente Prudente - São Paulo e demais estados brasileiros;

Perfil de uso: institucional, com utilização em atividades administrativas, acadêmicas e operacionais.

### **Resultados da pesquisa:**

Os valores estimados das apólices anuais variam conforme o modelo e o ano do veículo, além da cobertura contratada. Em média, o custo por veículo variou entre R\$ 2.353,35 e R\$ 11.363,02 anuais, dependendo do perfil de risco e das garantias adicionais. A variação de preços reforça a necessidade de ampla pesquisa e concorrência entre fornecedores para obtenção da proposta mais vantajosa à administração pública.

Além dos preços, foram observadas diferenças significativas quanto aos níveis de franquia, tempo de atendimento em caso de sinistro, rede credenciada de oficinas e cobertura nacional.

## **Conclusão:**

O levantamento de mercado evidenciou a existência de diversas empresas capacitadas a fornecer o objeto pretendido, com ampla concorrência e variação de preços. Verificou-se, ainda, a viabilidade de contratação por meio de licitação, com base em critérios técnicos previamente definidos, garantindo o atendimento às necessidades da administração com economicidade e segurança.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A solução consiste na contratação de seguro veicular para a frota de 13 (treze) veículos oficiais da Unesp – Campus de Presidente Prudente, visando garantir a proteção patrimonial da instituição, a continuidade dos serviços públicos e a mitigação de riscos operacionais e financeiros.

O objeto compreende a contratação de seguro automotivo completo, com cobertura para roubo, furto, colisão, incêndio, danos a terceiros, além de assistência 24 horas e carro reserva, sempre que aplicável. A solução abrange todos os veículos atualmente em uso, bem como a possibilidade de inclusão, exclusão ou substituição de veículos durante a vigência contratual, conforme alterações no patrimônio da unidade.

A contratação deve atender às características da frota institucional, composta por veículos de diferentes modelos, anos e finalidades de uso (administrativo, transporte de pessoal, serviços técnicos, etc.). As apólices deverão ser emitidas individualmente, com cláusulas padronizadas, respeitando as exigências legais e os critérios estabelecidos pela Administração.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A presente contratação visa a contratação de seguro veicular para a frota da UNESP – Câmpus de Presidente Prudente, composta por 13 (treze) veículos oficiais. A estimativa de quantidades foi baseada no levantamento da frota atualmente em uso e nas necessidades de cobertura integral para garantir a proteção do patrimônio público e a continuidade das atividades institucionais.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 72.341,18

O valor total da Contratação está estimado em Setenta e Dois Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais e Dezoito Centavos

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

O princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista serem serviços realizados como um todo.

A contratação será realizada em lote único. Por se tratar de um contrato de seguro com cobertura abrangente e assistência vinculada, o parcelamento da contratação entre diferentes fornecedores não é viável, sob risco de comprometer a eficiência, a padronização e a rastreabilidade do serviço. Assim, justifica-se a contratação unificada, sem possibilidade de fracionamento.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não serão necessárias contratações correlatas ou interdependentes.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Estudo Técnico Preliminar.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação de seguro para os veículos da frota institucional visa garantir diversos benefícios estratégicos e operacionais para a Universidade, dentre os quais destacam-se:

**Proteção do patrimônio público:** A cobertura securitária assegura a proteção dos veículos pertencentes à Universidade contra riscos diversos, como colisões, roubos, furtos, incêndios e danos a terceiros, evitando perdas financeiras significativas.

**Continuidade das atividades institucionais:** A manutenção da operacionalidade da frota é essencial para o atendimento às atividades administrativas, acadêmicas e operacionais da Universidade. Em caso de sinistro, a cobertura contratada permitirá rápida recomposição ou substituição dos veículos, reduzindo o tempo de indisponibilidade.

**Redução de custos inesperados:** A contratação do seguro permite mitigar despesas emergenciais com reparos ou reposição de veículos, bem como com indenizações a terceiros, proporcionando maior previsibilidade orçamentária.

**Segurança para motoristas e terceiros:** A cobertura de responsabilidade civil e de acidentes pessoais protege tanto os condutores quanto terceiros envolvidos em eventuais acidentes, minimizando riscos jurídicos e sociais.

**Atendimento a normas e boas práticas de gestão pública:** A contratação atende aos princípios de eficiência, economicidade e proteção ao erário, além de seguir as recomendações de órgãos de controle quanto à proteção do patrimônio público.

**Mitigação de riscos institucionais:** Reduz a exposição da Universidade a responsabilidades financeiras e judiciais decorrentes de sinistros com a frota veicular.

**Apoio à gestão da frota:** A apólice contratada oferecerá suporte técnico e operacional na gestão de sinistros, viabilizando melhor acompanhamento e controle dos eventos envolvendo os veículos.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Antes da celebração do contrato de seguro veicular, a Unidade adotará todas as providências administrativas necessárias para garantir a regularidade da subfrota, com especial atenção à atualização da documentação dos veículos oficiais. Entre essas medidas, destaca-se a verificação e regularização do licenciamento anual, conforme exigência legal, de modo a viabilizar a emissão e a vigência das apólices de seguro sem pendências. Além disso, será realizada a conferência de dados cadastrais, numeração de chassi, placas, e demais informações exigidas pelas seguradoras no momento da contratação, garantindo a correta individualização dos veículos segurados.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais significativos na realização deste serviço.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável, pois há ampla oferta de empresas especializadas no mercado capazes de atender às necessidades da frota da Universidade. A contratação do seguro veicular garante a proteção do patrimônio público, minimiza riscos de prejuízos financeiros decorrentes de sinistros e assegura a continuidade das atividades institucionais. Além disso, os valores estimados mostram-se compatíveis com os praticados no mercado.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALEX SANDRO VICTOR LEITE**

Supervisor Setor Transporte



*Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 14:11:30.*



**PORTARIA UNESP Nº 135 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNESP.**

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, expede a seguinte Portaria:

### **Capítulo I Das Disposições Preliminares**

**Artigo 1º** - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

### **Capítulo II Das Definições**

**Artigo 2º** - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal nº 14.133/2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I – Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

II - Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

III – Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

IV – Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento ou de execução.

V – Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 (dez) UFESPs.

VI – Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

### **Capítulo III** **Das Infrações**

**Artigo 3º** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Capítulo IV**  
**Das Sanções**  
**Seção I**  
**Das Espécies de Sanções**

**Artigo 4º** - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§1º** Na aplicação das sanções serão considerados:

1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

2 - as peculiaridades do caso concreto;

3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§2º** A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

**§3º** Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

**§4º** Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela

resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **Seção II**

### **Da Sanção de Advertência**

**Artigo 5º** - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## **Seção III**

### **Da Sanção de Multa**

**Artigo 6º** - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Artigo 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

I - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

II - Multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - Multa contratual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

a) Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento), calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;

b) Multa de mora de 0,4% (quatro décimos por cento) calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.

**§1º** Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

**§2º** As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

**§3º** A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratado.

**§4º** Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

**§5º** As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

- 1 – Descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;
- 2 – Compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;
- 3 – Cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.
- 4 – Cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 (trezentas) UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

**§6º** Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

**§7º** No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

**§8º** A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:



1 - Após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados.

2 - A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

3 - A contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

**§9º** O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 (quinze) dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

#### **Seção IV**

##### **Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 7º** - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**Parágrafo único** - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

#### **Seção V**

##### **Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 8º** - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V,

VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **Seção VI**

### **Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções**

**Artigo 9º** - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Artigo 10** - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

I - Nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado.

II - As sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada.

III - A Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV - A extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal n. 9.830/2019.

V - Para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal n. 4.657/1942, modificada pela Lei n. 13.655/2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal n. 9.830/2019 que o regulamenta.

## **Seção VII**

### **Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções**

**Artigo 11** - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

**Parágrafo único** - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual n. 10.177/1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

## **Seção VIII Dos Cadastros e Comunicações**

**Artigo 12** - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

**Artigo 13** - No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

**Parágrafo único** - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei nº 14.133/2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

**Artigo 14** - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de "Apenados" do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## **Capítulo V Das Disposições Finais**

**Artigo 15** - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 16** - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

**Artigo 17** – Permanecem regidos pela Portaria UNESP nº 6, de 13 de janeiro de 2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei nº 8.666/93 ou da Lei 10.520/2002.

**Artigo 18** - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Processo nº 1723/2021-RUNESP)

A handwritten signature in black ink, appearing to read "P. Barretti", is positioned to the left of the digital signature information.

Assinado de forma  
digital por PASQUAL  
BARRETTI:03443039855  
Dados: 2023.12.20  
13:52:58 -03'00'

**PASQUAL BARRETTI**  
**Reitor**

**TIMBRE DA EMPRESA**

**ANEXO IV**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PROPOSTA**

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QTD TOTAL	VL UNIT R\$	VL TOTAL R\$
L O T E  Ú N I C O	01	TOYOTA/COROLLA XEI 20 <b>PLACA CVV3I79</b> 05 LUGARES 177CV/1987	Unidd	01		
	02	S10 Cabine Dupla Advantage 2.4 Flex Power 4P <b>PLACA CDZ7770</b> 06 LUGARES / 2.400 cc	Unidd	01		
	03	VAN IVECO / DAILY GREENCAR <b>PLACA CDZ7775</b> 13 LUGARES / 155 cv	Unidd	01		
	04	VAN I/M. BENZ 517 MNP MO <b>PLACA TLB5H70</b> 21 LUGARES / 170 cv	Unidd	01		
	05	KOMBI VW / KOMBI LOTAÇÃO <b>PLACA CZA0696</b> 09 LUGARES / 1.390 cc	Unidd	01		
	06	NISSAN/FRONTIER SV ATTACK 4X4 <b>PLACA GEK6329</b> 05 LUGARES 2488CC	Unidd	01		
	07	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8 <b>PLACA EHE7C07</b> 5 LUGARES /132CV/1800	Unidd	01		
	08	FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX <b>PLACA DMN0C32</b> 5 LUGARES/114CV/1800	Unidd	01		
	09	ÔNIBUS VOLVO/MAXIBUS LINCE <b>PLACA CZA0820</b> 46LUGARES /330CV	Unidd	01		
	10	TOYOTA/YARIS SA XS15 <b>PLACA CVL9G60</b> 05 LUGARES / 110C1496	Unidd	01		
	11	TOYOTA/YARIS SA XS15 <b>PLACA CVI5F79</b> 05 LUGARES / 110C1496	Unidd	01		
	12	<b>VAN/ IVECO / DAILY GREENCAR PLACA DKI4F49</b> 18 LUGARES / 170 cv	Unidd	01		
	13	<b>MICROÔNIBUS/ MARCOPOLO /VOLARE W-L ON PLACA UDP8D36</b> 38 LUGARES/175CV	Unidd	01		

Observação: Na cotação deverão estar inclusos, além do lucro, todos os custos diretos ou indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do contrato.

DADOS DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ:.....

ENDEREÇO COMPLETO:.....

TELEFONE:.....

NOME DO RESPONSÁVEL PARA CONTATO:.....

NOME E CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO DA EMPRESA:.....

E-MAIL:.....

## TIMBRE DA EMPRESA

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Conforme consta no Termo de Referência – Rua Roberto Simonsen, 305 – Centro Educacional – Presidente Prudente – SP.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: À VISTA, EM 30 DIAS CONTADOS DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, EXCLUSIVAMENTE MEDIANTE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE DO **BANCO DO BRASIL S/A**:

**AG:** \_\_\_\_\_ **C/C** \_\_\_\_\_

Declaro que tomei conhecimento do cronograma de entrega e demais especificações exigidas no Termo de Referência e que os materiais ofertados atendem plenamente ao solicitado.

Data

\_\_\_\_\_

Empresa/assinatura